



1º TERMO DE RETIFICAÇÃO À CHAMADA PÚBLICA – No 01/2016 MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE (MPPPS)

Trata-se de retificação da chamada pública nº 01/2016 para seleção de candidatos(as) para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (MPPPS) da Escola Fiocruz de Governo da Diretoria Regional de Brasília (EFG/Direb/Fiocruz). A retificação altera os itens 10.2.3, 10.2.4, 10.2.7.1, 10.2.7.2, 10.2.7.3 ((Das Etapas do Processo), conforme redação a seguir apresentada, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Onde se lê:

10.2.3. A prova escrita de Conhecimentos Específicos terá caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 04 questões objetivas e uma questão dissertativa. Cada questão objetiva valerá 1,0 (um) ponto e a questão dissertativa valerá 6,0 (seis) pontos. A avaliação considerará a capacidade do(a) candidato(a) em responder adequadamente às questões. Na correção das questões objetivas será considerado o gabarito oficial. Na questão dissertativa serão considerados os seguintes critérios de correção: a) compreensão do tema apresentado; b) coerência no desenvolvimento de argumentos; c) aplicação adequada de conceitos; d) domínio da norma culta (pontuação e ortografia); e) adequação da construção sintática (concordância, conjugação e conjunções); e f) margens, letra, alinhamento, rasuras. O(a) candidato(a) obterá nota máxima na questão dissertativa ao atender plenamente a todos os critérios de avaliação. Será considerado reprovado o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a 5,0 na prova escrita de Conhecimentos Específicos. Serão classificados para a fase de entrevistas 32 candidatos para linha Vigilância e Gestão em Saúde e 48 candidatos para linha Saúde e Justiça Social, perfazendo um total de 80 candidatos obedecendo a ordem decrescente as notas obtidas na prova escrita de conhecimentos específicos.

Leia-se:

10.2.3. A prova escrita de Conhecimentos Específicos terá caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por questões dissertativas. A cada questão será atribuído valor em pontos de modo que perfazam a nota máxima igual a 10 pontos. A correção avaliará a capacidade do(a) candidato(a) em responder adequadamente as questões. Serão considerados os seguintes critérios de correção: a) compreensão do tema apresentado; b) coerência no desenvolvimento de argumentos; c) aplicação adequada de conceitos; d) domínio da norma culta (pontuação e ortografia); e) adequação da construção sintática (concordância, conjugação e conjunções); e f) margens, letra, alinhamento, rasuras. O(a) candidato(a) obterá nota máxima ao atender plenamente a todos os critérios de avaliação. Será considerado reprovado o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a 5,0 na prova escrita de Conhecimentos Específicos. Serão classificados para a fase de entrevistas 32 candidatos para linha Vigilância e Gestão em Saúde e 48 candidatos para linha Saúde e Justiça Social, perfazendo um total de 80 candidatos obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas na prova escrita de Conhecimentos Específicos.

Onde se lê:

10.2.4. A prova escrita de Inglês terá caráter **exclusivamente eliminatório e não será computada para fins de classificação final**. A prova conterà 04 questões dissertativas sobre

a compreensão do idioma inglês, a partir da leitura e interpretação de textos, relacionados com a temática geral do edital. A correção da prova escrita atenderá adicionalmente aos mesmos critérios estabelecidos para a prova escrita de Conhecimentos Específicos. Será considerado reprovado o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a 5,0 na prova escrita de Inglês.

Leia-se:

10.2.4. A prova escrita de Inglês terá caráter exclusivamente eliminatório e não será computada para fins de classificação final. A prova conterà questões dissertativas, em português, sobre a compreensão do idioma inglês, a partir da leitura e interpretação de textos, relacionados com a temática geral do edital, para serem respondidas em português. A correção da prova escrita atenderá adicionalmente aos mesmos critérios estabelecidos para a prova escrita de Conhecimentos Específicos. Serão corrigidas apenas as provas de inglês dos candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco (5,0) na prova escrita de Conhecimentos Específicos e classificados até 4 vezes as vagas ofertadas por linha de pesquisa, eliminando-se os que forem reprovados em inglês. Serão considerados(as) eliminados(as) os(as) candidatos(as) que obtiverem nota inferior a cinco (5,0) na prova escrita de inglês, e o próximo na linha de classificação pela nota de Conhecimentos Específicos terá sua prova de inglês corrigida até que seja alcançado o número proposto de candidatos por linha de pesquisa para a próxima etapa da seleção.

Onde se lê:

10.2.7.1. Comum a ambas as linhas de pesquisa: “Saúde e Justiça Social” e “Vigilância e Gestão em Saúde”:

GIOVANELLA L, ESCOREL S, LOBATO LVC, NORONHA JC, CARVALHO AI, org. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2012. p: 885-910.

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria; REZENDE, Mônica de. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/ccaps/?p=432>. Acesso em maio de 2014.

PAIM, J.S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n.10 p.1927-1936, out, 2013. Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v29n10/a03v29n10.pdf>

FLEURY, S. Revisitando “a questão democrática na área da saúde”: quase 30 anos depois. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 156-164, jan./abr. 2009 Disponível em http://peep.ebape.fgv.br/sites/peep.ebape.fgv.br/files/Revisitando_a_questao.pdf

ALMEIDA FILHO, N. A problemática teórica da determinação social da saúde. Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, p. 13-36, 2010. Disponível em <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2011/01/Determinacao.pdf><<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2011/01/Determinacao.pdf#page=13>>

10.2.7.2. Bibliografia específica para a linha de Saúde e Justiça Social:

AKERMAN, M. Intersetorialidade? Intersetorialidades! Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.11, p.4291-4300, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4291.pdf>

FLEURY, S, Redes de Políticas: novos desafios para a gestão pública, Administração em diálogo, São Paulo, nº 7, pp. 77-89, 2005.

SILVA, G. T d, Políticas Públicas e intersetorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado. Cadernos Metrópole 19, pp. 18-97, 1º semestre, 2008.

SANCHEZ, Raquel Maia; CICONELLI, Rozana Mesquita. Conceitos de acesso a saúde. Revista Panamericana de Salud Publica, v. 31, n. 3, p. 260-269, 2012. Disponível em <http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/9344>

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Formula o e implementa o de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das a o es de promo o da saúde nas cidades. Saude soc. [online]. 2004, vol.13, n.1 [citado 2016-11-28], pp.37-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100005>.

10.2.7.3. Bibliografia específica para a linha de Vigilância e Gestão em Saúde:

ARAUJO, José Duarte de. Polariza o epidemiológica no Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 21, n. 4, p. 533-538, dez. 2012 . Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400002&lng=pt&nrm=iso>.

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e políticas públicas. Rev. bras. epidemiol., São Paulo , v. 16, n. 1, p. 3-17, Mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100003&lng=en&nrm=iso.

CASTIEL, Luis David; FERREIRA, Marcos Santos; MORAES, Danielle Ribeiro de. Os riscos e a promo o do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresiasista. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 19, n. 5, p. 1523-1532, May 2014. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501523&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.06212013>. http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501523&lang=pt

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Formula o e implementa o de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das a o es de promo o da saúde nas cidades. Saude soc. [online]. 2004, vol.13, n.1 [citado 2016-11-28], pp.37-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100005>.

Leia-se:

10.2.7.1. Comum a ambas as linhas de pesquisa: “Saúde e Justiça Social” e “Vigilância e Gestão em Saúde”:

GIOVANELLA L, MENDONÇA, MHM, Aten o Primária   Saúde in GIOVANELLA L, ESCOREL S, LOBATO LVC, NORONHA JC, CARVALHO AI, org. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2ª edi o revista e ampliada, 2012. Capítulo 16 p: 493-545. Disponível em http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/medicina/Politicassistema_Saude_Brasil.pdf

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In

MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. P.138-172. Disponível em <http://www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps/wp-content/uploads/2011/09/Capitulo-5.pdf>

PAIM, J.S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n.10 p.1927-1936, out, 2013. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v29n10/a03v29n10.pdf>

FLEURY, S. Revisitando “a questão democrática na área da saúde”: quase 30 anos depois. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.33, n. 81, p.156-164, jan. / abr. 2009 Disponível em http://peep.ebape.fgv.br/sites/peep.ebape.fgv.br/files/Revisitando_a_questao.pdf

ALMEIDA FILHO, N. A problemática teórica da determinação social da saúde in NOGUEIRA, R. P. (organizador) Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, Capítulo 1, p. 13-36, 2010. Artigo publicado originalmente na Revista Saúde em Debate v.33, n. 83, set. /dez.2009 Disponível em <http://www.cebes.org.br/media/File/Determinacao.pdf>

10.2.7.2. Bibliografia específica para a linha de “Saúde e Justiça Social”:

AKERMAN, M. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.11, p.4291-4300, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4291.pdf>

FLEURY, S, Redes de Políticas: novos desafios para a gestão pública, Administração em diálogo, São Paulo, nº 7, pp. 77-89, 2005. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/671/468>

SILVA, G. T d, Políticas Públicas e intersetorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado. Cadernos Metrópole 19, pp. 81-97, 1º semestre, 2008. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8711/6462>

SANCHEZ, RM; CICONELLI, RM. Conceitos de acesso a saúde. Revista Panam Salud Publica, v. 31, n. 3, p. 260-269, 2012. Disponível em <http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/9344>

10.2.7.3. Bibliografia específica para a linha de “Vigilância e Gestão em Saúde”:

ARAÚJO, José Duarte de. Polarização epidemiológica no Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 21, n. 4, p. 533-538, dez. 2012 Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400002&lng=pt&nrm=iso>

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e políticas públicas. Rev. bras. epidemiol., São Paulo , v. 16, n. 1, p. 3-17, Mar. 2013 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100003&lng=en&nrm=iso

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. Saude soc. , São Paulo, vol.13, n.1, p.37-46, jan-abr 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/05.pdf>

PAIM, J. S. Modelos de Atenção à Saúde no Brasil in GIOVANELLA L, ESCOREL S, LOBATO LVC, NORONHA JC,

CARVALHO AI, org. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2ª edição revista e ampliada, 2012. Capítulo 15 p: 459-491 ou 2ª reimpressão, 2011. Capítulo 15 p: 547-573. Disponível em http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/modelos_de_atencao_a_saude_no_brasil_-_paim_0.pdf

Maria Fabiana Damasio Passos

Diretora Executiva
Escola Fiocruz de Governo
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília